

GEOGRAFIA: FILOSOFIA DAS TÉCNICAS? REFLEXÕES PARA SE PENSAR UMA GEOGRAFIA DO TRABALHO¹.

GEOGRAPHY: PHILOSOPHY OF TECHNICAL? REFLECTIONS TO THINK A GEOGRAPHY OF WORK

Átila de Menezes Lima²
atilageo999@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta duplo objetivo: por um lado, estabelecer um debate sobre o trabalho enquanto categoria ontológica e em sua forma histórico-conceitual, ressaltando seu papel nas relações sociedade-natureza e na produção do espaço geográfico e, por outro, destacar a importância de uma geografia do trabalho como perspectiva analítica para a apreensão dos sujeitos e mediações contidos na produção do espaço. Para tanto, analisamos como a ciência geográfica, desde os clássicos, por muito tempo, deixou a categoria trabalho em segundo plano, inserindo a técnica como mediação principal das relações sociedade-natureza. Esta posição prejudicou a ciência geográfica, uma vez que não trabalha com os sujeitos reais e concretos, gerando uma visão parcial da produção do espaço, e criando uma geografia das estruturas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Geografia do trabalho; filosofia das técnicas; técnica.

ABSTRACT

That article has two objectives: firstly, to establish a debate about the work like ontological category, and your shape historical-conceptual, emphasizing his role on understanding from relations society-nature and in production of geographical space and secondly, to highlight the importance of a geography from work like analytical perspective to the seizure of subjects and mediations contained in the space production. For both, we analysed like geographical science, since the classics, for long time leave the work category in second plan, inserting the technic like main mediation of relations society-nature. This position detracted the science geographic since it does not work with the subjects real and concrete, creating a partial view of the production of space and generating a geography structures.

KEY-WORDS: Work; geography of labor; Philosophy of technical; Technic.

INTRODUÇÃO

¹ Este artigo é parte das reflexões de nossa tese de Doutorado denominada “**Virgílio Távora e a geopolítica da modernização: o processo de eletrificação do Estado do Ceará de 1950 a 1980**” e objetiva debater a espacialização das forças produtivas em território cearense a partir da eletrificação advinda da usina de Paulo Afonso.

² Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - PROP GEO. Integrante do Laboratório de Estudos de População – LEPOP da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Bolsista Capes.

O estudo das necessidades revela um entrelaçamento de processos dialéticos. O homem difere do animal na medida em que, para conseguir o objeto de suas necessidades, criou instrumentos e inventou o trabalho. A necessidade é, ao mesmo tempo, ato (atividade) e relação, em si mesma complexa, com a natureza, com os seres humanos, com objetos. Pelo trabalho o ser humano domina a natureza e se apropria parcialmente dela (...). (LEFEBVRE, 1978, p.28).

Na epígrafe, Lefebvre fornece proposições para apreendermos como a categoria trabalho pode ser utilizada na compreensão da relação sociedade-natureza e na produção do espaço geográfico. Este considerado como determinado e determinante das relações sociais. Entendido também como um meio³ e uma força de produção, ganha importância para a reprodução das relações sociais de produção⁴ e, por isso, deve ser pensado para além da economia política clássica, que o entende como "palco".

Ao intervir na natureza, por meio do trabalho, em busca de satisfazer suas necessidades, conforme nos expõe Lefebvre, os homens, em sua relação dialética com a natureza, no devir histórico, começam a se apropriar do meio natural através de instrumentos e do aperfeiçoamento de técnicas. Assim, estabelecem relações sociais e constroem um ambiente, ou seja, um espaço para além da abstração. Nesse sentido, o espaço pode ser entendido como uma construção sócio-histórica produzida pelas diferentes relações sociais de produção no decorrer dos tempos.

Segundo Carlos (1997), o espaço é um produto histórico e social resultante das relações ocorridas entre a sociedade e o meio circundante. Acrescenta que o espaço não é humano porque o homem o habita, sim porque é ele que o constrói e o reproduz, tornando-o um objeto sobre o qual recai o trabalho, logo, algo que lhe é próprio.

A categoria trabalho é essencial para a ciência geográfica, sobretudo, para o entendimento de como se dá a produção do espaço geográfico. Por isso, é necessário entender como foi inserida nesta ciência: de forma secundária e por muito tempo negligenciada. Assim como, reconhecer o modo como a técnica foi apropriada no discurso geográfico para a explicação do espaço e das suas nuances.

³ Os meios de produção, os instrumentos de produção e a força de trabalho estão inseridos nas forças produtivas e não podem ser analisadas de forma autônoma as relações sociais de produção.

⁴ Entenda-se aqui, relações entre os homens no processo de produção, distribuição e intercâmbio de riqueza material e imaterial, podendo configurar-se em forma de cooperação e assistência mútua ou de exploração do homem pelo homem.

Para a realização de nossos objetivos utilizamos a categoria/conceito trabalho no referencial marxista, seguido de uma análise de como o conceito de técnica é trabalhado na geografia. Para tanto, evidenciamos como Max Sorre e Milton Santos tratam a referida temática. Por fim, propomos uma análise da geografia do trabalho fundamentada em uma metanarrativa da geografia histórica do capitalismo.

TRABALHO, TÉCNICA E GEOGRAFIA

A relação sociedade-natureza é assunto de debates e polêmicas na ciência geográfica, bem como em outros campos do conhecimento. Interpretações de cunho positivista defendem que com a instituição da modernidade e da racionalidade instrumental, o homem⁵ se separou da natureza. Ratzel (1990, p.73) já estabelecia tais considerações ao debater a relação entre o povo e o seu território, assinalando que “a maior parte dos sistemas e teorias sociológicas consideram o homem como separado da terra”. Outras perspectivas analíticas, como as de Marx (2006), Lukács (2010; 2012; 2013) e Lefebvre (1978) defendem que o homem possui caráter intrínseco e inerente à natureza, apresentando a capacidade de se apropriar desta para garantir sua reprodução. A citação seguinte indica esta indissociabilidade do homem em relação à natureza, ao mesmo tempo em que assinala o caráter transformador do trabalho:

(...) Pelo trabalho o ser humano domina a natureza e se apropria parcialmente dela. O trabalho não pertence a natureza. Ele chega a ser “contra a natureza” em dois sentidos; enquanto labor, existe esforço e disciplina – modifica a natureza em torno do homem e dentro do homem. O trabalho torna-se uma necessidade. Os sentidos são cultivados e apurados pelo trabalho. As necessidades mudam e são cultivadas, porque o trabalho as modifica, apresentando-lhes novos bens. Assim o homem emerge da natureza, sem poder separar dela. O prazer reconcilia o homem com seu fundamento, a natureza. (LEFEBVRE, 1978, p.28).

Contribuindo com essa perspectiva ao debater a ontologia do ser social, Lukács (2012, p.319) assinala para o caráter de sociabilidade predominante atingido pelas categorias e as relações estabelecidas pelos seres sociais, e nunca a separação completa destes da natureza. Isto fica claro na seguinte passagem:

⁵ Moreira (2006) estabelece vasto debate sobre o conceito de natureza e de homem adotados pela modernidade, baseados na física mecânica moderna.

Repetimos: predominante, já que o ser social, por sua essência, jamais pode se separar completamente de seus fundamentos naturais – o homem resta irrevogavelmente um ser biológico -, do mesmo modo como a natureza orgânica tem de incorporar, em forma dialeticamente superada, a natureza inorgânica. O ser social, todavia, tem um desenvolvimento no qual essas categorias naturais, mesmo sem jamais desaparecerem, recuam de modo cada vez mais nítido, deixando o lugar de destaque para categorias que não tem na natureza sequer uma analogia. (...) (LUKÁCS, 2012, p.319).

Das assertivas anteriores, desmistificamos a noção de que o homem é um ser externo à natureza, assim como apreendemos o papel revolucionário do trabalho para a sociabilidade humana e para a transformação da natureza.

Lukács (2010; 2012; 2013), em suas obras, *Prolegômenos para uma ontologia do ser social e Para uma ontologia do ser social*, estabelece um apanhado das ontologias metafísicas, sobretudo, em Kant e Hegel, para em seguida negá-las e reafirmar uma ontologia do ser social, que deve ser entendido como um ser histórico e criador de teleologias. A analítica de Lukács considera a categoria trabalho enquanto mediação primeira, sendo a práxis determinante no processo de construção das mediações para o entendimento do ser social (que perpassa uma ontologia dos seres inorgânicos e orgânicos). Em nenhum momento, a análise de Lukács nega as demais mediações que compõem o mundo real. Na verdade, o que o autor nos proporciona como reflexão, é que ao analisarmos estas relações para além da aparência e buscarmos suas objetivações e nexos concretos, encontraremos em primeira instância a categoria trabalho como a base de todos os seres sociais e como modelo de toda práxis social. Neste sentido Lukács (2013, p.47) assinala que através do trabalho temos o surgimento de uma nova objetividade, qual seja, o ser social. Este por sua vez estabelece inúmeras mediações para a construção de sua existência, das quais destacamos a transformação do ambiente natural em espaço socialmente produzido. Tal entendimento é importante para desmistificarmos as leituras estruturalistas e fetichizadas que analisam o espaço como algo autônomo e fruto das técnicas sem mediações de sujeitos reais.

Ao estabelecer reflexões acerca do trabalho, Lefebvre (1978) atenta que:

A finalidade é a supressão do trabalho pela técnica, porém esse termo do desenvolvimento previsível supõe uma mediação: o trabalho como necessidade primeira (...) (LEFEBVRE, 1978, p.29).

Ao levarmos nossa discussão para o caráter ontológico, percebemos que a relação sociedade-natureza tem início a partir das necessidades humanas de garantia da sobrevivência. E isso se dá através do trabalho e da criação de instrumentos técnicos para sua realização. Colaborando com este pensamento, Lessa (2011) afirma que:

O único pressuposto do pensamento de Marx é o fato de que os homens, para poderem existir, devem transformar constantemente a natureza. Esta é a base ineliminável do mundo dos homens. Sem a sua transformação, a reprodução da sociedade não seria possível. Esta dependência da sociedade para com a natureza, contudo, não significa que o mundo dos homens esteja submetido às mesmas leis e processos do mundo natural. Sem a reprodução biológica dos indivíduos não há sociedade; mas a história dos homens é muito mais do que a sua reprodução biológica. A luta de classes, os sentimentos humanos, ou mesmo uma obra de arte, são alguns exemplos que demonstram que a vida social é determinada por outros fatores que não são biológicos, mas sociais. (LESSA, 2011, p.17).

O trabalho⁶ é na teoria marxista, uma categoria ontológica chave e fundante para entendermos o homem enquanto ser genérico e social. Fortes (2000, p.28) assinala que:

O trabalho é entendido como complexo genético do ser social e como modelo de toda práxis social precisamente porque nele está contida a diferença específica que instaura a linha divisória entre o modo de reprodução da existência social e aquele pertinente aos seres que compõem a esfera da natureza.

Desta forma, é através da capacidade teleológica, ou seja, da prévia ideação⁷, que os seres humanos se diferenciam dos demais animais para satisfazer suas necessidades materiais e imateriais, como a cultura, a arte ou o lazer. Conforme Marx:

O animal constrói apenas segundo o padrão e a necessidade de cada espécie a que pertence, ao passo que o homem sabe como produzir de acordo com o padrão de cada espécie e sabe aplicar o padrão apropriado ao objeto; assim o homem constrói também de acordo com as leis da beleza (MARX, 2006, p. 117).

Ao se referir ao debate entre liberdade e necessidade Lukács (2010, p.52-53) dá razão a Engels (1990) ao afirmar que: “A liberdade não está na independência sonhada com

⁶ O trabalho assume duplo caráter na teoria marxista: sendo entendido numa dimensão de caráter ontológico (categoria), de atividade que liberta o homem de sua alienação perante a natureza e o transforma em ser social, e em seu caráter abstrato (conceito), historicamente, criado pelo modo de produção capitalista.

⁷ Para a teoria marxista, a prévia-ideação é o planejamento que antecede e dirige a ação, a sua objetivação, isto é, o trabalho. É válido lembrar antes demais nada que entre a prévia-ideação e sua objetivação existem as causalidades. Ver Lukács (2010; 2012).

relação às leis naturais, mas no reconhecimento dessas leis e na possibilidade, assim oferecida, de fazê-las agir de modo planejado para determinados fins”.

O trabalho, enquanto categoria ontológica é, assim, responsável por transformar o homem em ser social⁸, mediante o intercâmbio com o meio natural e com os outros homens. Desta forma, através da capacidade teleológica⁹, ou seja, da prévia-ideação, o homem planeja o que fazer, como fazer, que instrumentos criar e como intervir no meio para satisfazer suas necessidades. Neste processo, surge uma série de outras mediações iniciadas desta mediação primeira (o trabalho). Dentre as quais, a linguagem, a educação e mesmo as técnicas e os instrumentos técnicos criados para a concretização da relação sociedade-natureza.

O findar da prévia ideação, ou seja, da objetivação, resulta na transformação da realidade e na criação de novas necessidades e possibilidades. Segundo Lessa (2011),

Estas novas necessidades e novas possibilidades impulsionam o indivíduo a novas prévias-ideações, a novos projetos e, em seguida, a novas objetivações. Estas, por sua vez, darão origem a novas situações que farão surgir novas necessidades e possibilidades de objetivação, e assim por diante. (LESSA, 2011, p.20).

Nesta perspectiva, podemos compreender que o caráter transformador e criador do trabalho, tem relação direta com o ambiente construído, com a produção do espaço e com a criação de outras mediações. É preciso atentar, todavia, para o fato de que com as modificações nas relações sociais de produção e o desenvolver das forças produtivas, o trabalho ganha outras funções e significados. Caso o datemos historicamente no capitalismo, perceberemos sua dimensão abstrata, de igualação das diferentes atividades humanas ao padrão estabelecido pelo salário. Em seu caráter abstrato, a força de trabalho e o produto do trabalho são apropriados por outrem que não o trabalhador, causando a alienação¹⁰/estranhamento¹¹ do trabalho, fato que traz consequências imediatas para a produção-apropriação do espaço (questões a serem debatidas no tópico sobre a geografia do trabalho).

⁸ Lessa (2006, p.23-24), afirma que Lukács argumentou, em diversas oportunidades, que inúmeros atos humanos não podem ser reduzidos a atos de trabalho, em que pese o fato de o trabalho ser a forma originária e o fundamento ontológico das diferentes formas da práxis social. (...) Todavia, sem a categoria do trabalho, as inúmeras e variadas formas de atividade humano-social não poderiam sequer existir.

⁹ Em Lukács a teleologia é uma ação com a orientação de um fim previamente ideado. (LUKÁCS, 2010, p.44).

¹⁰ Em alemão Entäußerung. Bastante trabalhado por Hegel este conceito tem o significado de externalizar algo, alienar para além do sujeito. Também significa submeter a própria atividade a uma juridicidade alheia. Em Marx, refere-se a tornar alheio aquilo que foi próprio de seu trabalho.

¹¹ Em alemão Entfremdung. Conceito desenvolvido por Marx na polêmica com a filosofia clássica alemã. Em Marx, o termo tem o significado de esvaziamento, transferência.

Sobre o caráter de separação do trabalhador de seus meios de produção, Marx (2004) apresenta reflexões sobre a subsunção formal do trabalho no capital. De acordo com ele:

O processo de trabalho converte-se no instrumento do processo de valorização, do processo da autovalorização do capital: da criação de mais-valia. O processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do próprio capital), e o capitalista entra nele como dirigente, guia; para este é ao mesmo tempo, de maneira direta, um processo de extrapolação do trabalho alheio. É isto o que denomino subsunção formal do trabalho no capital. (...) (MARX, 2004, p. 87).

No processo de subsunção do trabalho ao capital, Marx assinala o papel do desenvolvimento de tecnologias e maquinários na dominação do trabalho pelo capital. A tecnologia neste contexto deve ser pensada a partir das relações sociais em que se insere e não de forma autônoma. Conforme Romero (2005), ela precisa estar articulada ao ponto de vista do capital e não ao da técnica em si, sim a partir da relação social de produção, que no caso do capitalismo, é aprimorada para a extração da mais-valia.

Discordamos das concepções que atribuem autonomia e mesmo status ontológico às técnicas como se fossem independentes das forças produtivas e do sistema econômico vigente.

Adepto à visão que exalta as técnicas e conferindo a ela, inclusive, status ontológico, Ortega y Gasset (1939; 1998, p.13), em sua obra *Meditacion de la tecnica y otros ensayos sobre ciencia y filosofia*, afirma que *sin la técnica el hombre no existiría ni habría existido nunca. Así, ni más ni menos*¹². Para este autor, tudo se resume à técnica e sem ela o homem não existiria. Portanto, nesta interpretação, técnica e trabalho parecem ser a mesma coisa, fato que pode gerar equívocos teórico-conceituais e mesmo na intervenção no plano do real.

Muitos teóricos da geografia¹³ simpatizam com estas concepções, utilizando-se do conceito de técnica e de avanços tecnológicos para a explicação da realidade e das categorias e conceitos desta ciência. Clássicos, como Ratzel (1990), La Blache (2002) e, sobretudo, Sorre (1984), dentre outros, pensaram a técnica para explicar a paisagem, a região e o território.

¹² "Sem a técnica o homem não existiria e nem haveria existido. Assim, sem mais nem menos." (tradução nossa).

¹³ Santos (1996), ao justificar a importância do estudo da relação das técnicas com a Geografia, faz um apanhado de diversos autores que procuraram inserir tais discursões nesta ciência, destacando: La Blace, André Fel, Philip Wagner, John F. Kolars, John D. Nysten, Pierre George, Pierre Gourou, Max Sorre, etc.

Conforme Moraes (1994), Ratzel elegeu as técnicas e o grau de desenvolvimento técnico como fundamentos importantes para a ampliação do espaço vital¹⁴.

Em La Blache, conforme Sorre (1984), um dos conceitos-chave para a compreensão da relação do homem com o seu meio era o gênero de vida. Segundo o mesmo autor, em sua análise dos gêneros de vida e sua relação com os meios geográficos, La Blache considerava que:

conjunto de técnicas, os gêneros de vida são formas ativas de adaptação do grupo humano ao meio geográfico. Da especialização deste, de sua estabilidade dependem, em grande parte, a especialização e a estabilidade dos gêneros de vida, suas possibilidades de duração. Suas mudanças locais traduzem-se como variantes. (SORRE,1984, p.103) .

Ainda de acordo com Sorre (2002 apud Moreira 2006), La Blache entende o gênero de vida como “uma totalidade formada pela combinação do meio geográfico, da técnica (compreendida como meio técnico) e das formas de regulação”. A concepção de gênero de vida em La Blache está intimamente ligada aos hábitos e costumes de um povo ao lidarem com o ambiente que os rodeia. Na obra *Tableau de géographie de la France*¹⁵ (2002), La Blache deixa claro, inclusive, que os hábitos de vida, no decorrer do tempo, foram essenciais para a adaptação do homem ao território francês. Moreira (2008, p. 68), ao analisar a obra *Princípios de geografia humana*, assinala que em La Blache, os gêneros de vida dependem das técnicas e do quadro de intercâmbios do homem entre si e com o meio, evidenciando a importância destes na obra do autor em sua geografia das civilizações.

Observamos que em La Blache, a categoria trabalho é posta em segundo plano, sendo substituída pela técnica. Para ele, os grupos humanos entram em relação com o meio geográfico, diretamente, através das técnicas e criam meios técnicos para intervirem na natureza. Este autor não percebe que os gêneros de vida estão estritamente ligados às formas de existência material dos homens que é mediada diretamente pelo trabalho que cria vários hábitos culturais para sobreviver ao meio, desenvolvendo inclusive técnicas e instrumentos técnicos específicos para a realização de sua reprodução.

¹⁴Segundo Moreira (2006), Ratzel se refere ao território, seus recursos necessários à reprodução da vida humana (daí o termo vital) e sua função de conferir sentido e unidade de nação a um povo, por intermédio da mediação do Estado entre o território e a sociedade.

¹⁵ Quadro de Geografia da França.

Dando continuidade ao pensamento de La Blache sobre os gêneros de vida e atribuindo papel importante às técnicas, Sorre ajuda na difusão deste pensamento influenciando muitos geógrafos posteriores. Destacamos sua influência no desenvolvimento do pensamento de Milton Santos sobre as técnicas, sendo este, considerado por Moreira, (2006) como um sorreano.

Para Max. Sorre (1984),

a noção de gêneros de vida é extremamente rica, pois abrange a maior parte, senão a totalidade, das atividades do grupo humano. É preciso atingir um grau de cultura bastante avançado para que os indivíduos se libertem da tirania do costume. Esses elementos materiais e espirituais são técnicas transmitidas pela tradição, mediante as quais os homens asseguram domínio sobre a natureza. Técnicas de obtenção de energia, técnicas de produção de matérias-primas, de utensílios; elas são sempre produtos da arte, técnicas, e também, assim, as instituições que mantêm a coesão do grupo, assegurando-lhe a perenidade. (SORRE, 1984, p 99-100).

O exposto demonstra que Sorre atribui às técnicas a quase totalidade das atividades humanas, bem como as considera responsáveis pela organização dos gêneros de vida. Ainda segundo o autor,

os mais antigos gêneros de vida prestam-se para a definição dos traços criados ou organizados. A escolha das plantas de cultura, os instrumentos, a maneira como os grãos são depositados na terra podem ser vistos como técnicas fundamentais em torno das quais se organiza todo gênero de vida. (SORRE, 1984; p.101).

Por outro lado, Sorre compreendia os gêneros de vida como complexos técnicos, estabelecendo uma leitura histórica de caráter evolucionista destes. Há o complexo agrícola, o complexo alimentar, o complexo patogênico, o complexo técnico e o complexo cultural. Este último é entendido como a reunião das experiências de relacionamento do homem com o meio acumuladas ao longo do tempo e transformadas nos valores que os grupos humanos se valem para perpetuar sua vida, desde a relação com o meio até a relação entre os próprios homens. Esta leitura se assemelha à leitura marxista das relações sociais de produção, mas se diferencia desta ao considerar a técnica como conceito principal e ao fazer uma leitura da evolução dos gêneros de vida somente pelo viés cultural, não demonstrando as contradições de classes na apropriação das técnicas pelas diferentes sociedades.

Entendendo os gêneros de vida como complexos técnicos e discutindo sobre o papel das técnicas para a dominação do espaço, Sorre (1984) destaca a importância destas na circulação e elege três domínios geográficos para dominar o espaço:

(...) o domínio continental de superfície, o domínio marítimo e o domínio aéreo. Em cada um deles, podemos seguir o avanço dos homens em face dos obstáculos geográficos, avanço condicionado à adaptação das técnicas, à especialização das máquinas e das rotas. O conjunto das rotas nos três domínios, juntamente com as instalações de seus pontos nodais, forma a rede universal da circulação. O conhecimento não será completo, a menos que associemos o estudo das trocas de que é instrumento. (SORRE, 1984, p.95).

O trecho reafirma a importância das técnicas na obra deste autor, levando Santos (1996) a assegurar que Sorre foi o primeiro a realizar estudos aprofundados sobre a relação entre as técnicas e a geografia. Moreira (2006), ao discutir sobre a geografia da civilização, recupera e analisa o gênero de vida em La Blache e em Sorre, argumentando que:

Os grupos humanos (La Blache opera com as categorias da sociologia funcionalista de Durkheim) entram em relação com o seu meio geográfico, de onde tiram a produção dos meios técnicos, que, assim, vêm e se mantêm numa relação de equilíbrio com esse meio geográfico, os homens convivendo dentro desse todo de meios (o grupo social, o meio geográfico e o meio técnico) na forma de um conjunto de preceitos, regras e normas dos convívios como esquema de regulação. Organizada a partir dos gêneros de vida, as civilizações são, na prática, um complexo de gêneros e modos de vida. (MOREIRA, 2006; p.131).

Ainda segundo Moreira (2006) foi destas concepções que Milton Santos (1996) retirou seu conceito de meio técnico, do qual deriva o conceito de forma-conteúdo, sendo este o casamento da técnica com o espaço. Outra influência da obra de Sorre no pensamento de Milton Santos está em sua proposta de periodização. Em Sorre se evidencia uma periodização da história das civilizações a partir dos ciclos das matérias instrumentais que vão da idade da madeira a do alumínio (p.117-118), assim como em Santos (1985; 1996; 1999) há uma periodização da sociedade em períodos técnicos.

Acreditamos que o estudo dos gêneros e dos modos vida em La Blache e em Sorre se dissociam de uma análise das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas e, por consequência, dos modos de produção, correndo o risco do estabelecimento de uma leitura culturalista e neutra da realidade. É importante, por isso, atentar para o fato de que com a sociabilidade do capital, surge a relação contraditória capital-trabalho, fato que leva

à apropriação desigual dos frutos do trabalho, das técnicas e mesmo da natureza, por diferentes classes e sujeitos. A não evidência de classes e sujeitos concretos nesse viés analítico apresenta, a nosso ver, um grande problema teórico-metodológico, pois insere o estudo de abstrações, como a da população e reforça a estrutura positivista N-H-E (Natureza-Homem-Economia) da geografia das civilizações, combatida por Moreira (2006).

Contudo, conforme já assinalado, o pensamento destes clássicos, sobretudo, o de Sorre, trouxe importantes contribuições e influências para os geógrafos e para o pensamento geográfico, no que se refere às discussões sobre as técnicas. Herdeiro destas influências, Santos (1988; 1996; 1999) aperfeiçoou o debate sobre a técnica e estreitou a relação desta com a geografia. Assim, esboçamos no próximo tópico, uma análise sobre a categoria trabalho e o conceito de técnica na obra de Milton Santos, ratificando a transitoriedade de seu pensamento, bem como os riscos que o fetichismo das técnicas pode trazer para a compreensão do espaço geográfico.

TRABALHO E TÉCNICA NA OBRA DE MILTON SANTOS: A TRANSITORIEDADE DE UM PENSAMENTO

Entendemos técnica e trabalho como categorias diferentes, que se inter-relacionam, sendo que aquela está inserida no processo e concretização da objetivação, isto é, no trabalho propriamente dito.

Em sua análise, Santos (2002) assevera que a técnica é o trabalho morto concretizado no presente através das formas espaciais. Este trabalho morto seria caracterizado como uma forma espacial do passado, que no presente assume novas funções e garante a produção do espaço do presente. Em *Por uma geografia nova? Da crítica da geografia a uma geografia crítica*, publicado em 1978, num contexto histórico de muitas transformações sociais e de ascensão da geografia crítica pautada em sua maior parte no referencial teórico marxista¹⁶, Santos tem como pretensões, conforme assinala Souza (1988), auferir ao espaço o caráter de quarta instância da sociedade, ao lado da economia, da instância político-institucional e da cultural-ideológica, garantindo assim, o lugar da geografia entre as ciências humanas. Nesta

¹⁶ É importante alertar que o pensamento marxista possui várias correntes analíticas, e que grande parte das influências que chegaram à geografia, baseavam-se na leitura da corrente estruturalista economicista e não do pensamento original de Marx e de sua dialética.

obra em específico, Santos, influenciado pelo referencial teórico do marxismo estruturalista, compreende o espaço geográfico para além de um mero substrato e palco das relações sociais, oferecendo à categoria trabalho, um importante papel na ideia de que o espaço é uma construção contraditória formada por diferentes classes sociais.

No livro *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos metodológicos da geografia*, a categoria trabalho também é posta como elemento importante na análise de Santos. No capítulo 7, *Do físico ao humano. Do natural ao artificial. Geografia física, Geografia humana*, Santos (1988a), de modo especial, insere a reflexão de que através do trabalho o homem transforma a natureza primeira em segunda natureza, humanizando-a e lhe dando um caráter artificial, por meio do processo de tecnificação. Estas reflexões são bem semelhantes às elaboradas por Marx (2006) nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*.

Contudo, acreditamos que com a produção de novas obras, Santos secundariza a categoria trabalho em prol da reafirmação da técnica e da informação para a compreensão do espaço geográfico. Em sua vasta e rica obra, Milton Santos (1985; 1988; 1996; 1999), elege em seu arcabouço teórico, a técnica como elemento de fundamental importância para a compreensão da realidade e para a produção do espaço. Conforme Santos (1999), as técnicas (os meios técnicos e a evolução das técnicas) teriam importância fulcral para a organização espacial e para a (re)produção do espaço.

Em artigo denominado *O Espaço geográfico como categoria filosófica*, Santos (1988b, p.10) afirma que a Geografia seria uma filosofia das técnicas. Elas são para o autor, “o conjunto de meios de toda espécie de que o homem dispõe, em um dado momento, e dentro de uma organização social, econômica e política, para modificar a natureza, seja a natureza virgem, seja a natureza já alterada pelas gerações anteriores”. (p.10)

No livro *Espaço e método* (1985), importante obra no campo das proposições metodológicas para a geografia, Santos aprimora o debate das categorias de análise do espaço (forma, função, estrutura e processo) e propõe uma periodização do tempo ligada às diferentes formas de tecnologia, a fim de demonstrar que a difusão de inovações é um processo espacial importante para entendermos a diferenciação entre os países.

De acordo com estas ideias, os lugares privilegiados por receberem um maior número de modernizações se tornam os centros do sistema mundial. Nessa periodização, Santos enfatiza o período tecnológico, o qual alcançaria todos os espaços de modo imediato devido a um determinado número de modernizações. Tal instantaneidade e universalidade na

propagação de certas modernizações desmantelam a organização do espaço anterior. Conforme as ideias deste autor, o período técnico faz difusões imediatas nas trocas de informações através dos transportes e dos meios de comunicação, diminuindo a importância dos espaços contíguos, em relação aos espaços descontíguos (redes).

Santos (1985) também descreve o período técnico-científico, caracterizado pela expansão do trabalho intelectual, responsável por transformações, como o processo de terceirização da economia e do trabalho, além da aceleração de unificação do trabalho. Neste caso, o período técnico-científico permitiria não só uma maior circulação de mercadorias e pessoas, mas também a unificação do capital, gerado por uma maior interdependência da economia e dos processos produtivos: isto fica evidente em sua análise da globalização.

Em obras posteriores, como *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio-técnico-científico-informacional* (1996) e *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (1999), este autor acrescenta à sua periodização, o meio técnico científico informacional. Nesta última obra, em específico, há certa modificação na analítica de Santos se comparada com sua obra *Por uma Geografia Nova*.

Em *A natureza do espaço*, a análise de Santos transita das influências do estruturalismo de cunho marxista para o existencialismo e a fenomenologia. A análise do espaço em si, aprimora seu caráter e estatuto ontológico e as técnicas assumem junto com a informação um papel central na explicação do espaço. Neste sentido, Santos (1999, p.32), ao se indagar como trabalhar a questão da técnica, de modo que esta sirva para uma explicação geográfica, assevera que “um primeiro enfoque é considerar a própria técnica como um meio”. Baseado nas reflexões de M. Akhrich (1987), ao analisar as redes sócio-técnicas, criadas a partir da introdução de objetos técnicos, Santos afirma que eles podem oferecer “uma chave para entender, a partir do fenômeno técnico, a produção e a transformação de um meio geográfico, assim como, por outro lado, as condições de organização social e geográfica, necessárias à introdução de uma nova técnica”. (p.33).

Em determinado momento de sua exposição, as técnicas e a tecnologia ganham *status* de autonomia e independência das relações sociais. Isto se mostra claro na passagem seguinte: “A tecnologia constitui não apenas uma esfera da realidade, mas uma ordem da realidade, possuidora de sua própria racionalidade (...). As inovações técnicas se encontram com a história, portando suas próprias regras, às quais as demais escolhas devem curvar-se”. (P.238).

Referenciando-se no pensamento de Longdon Winner, Santos, acrescenta: “é como (...) se as inovações técnicas se comportassem como se fossem leis. A cada período técnico corresponde uma mudança geral nas relações sociais”.

Este posicionamento, conforme Maia (2012, p.34), é perigoso, primeiramente, porque as técnicas não possuem uma racionalidade própria, sendo fruto da racionalidade que as relações sociais lhe conferem. Conforme o autor mencionado:

Não há, definitivamente, nenhuma regra intrínseca aos processos técnicos. Estes, pelo contrário, são ampla e totalmente determinados pelo conjunto das relações sociais. E é por isto que podemos datar as técnicas, é por isto que podemos historicizar as técnicas. Isto Milton Santos afirma em vários lugares, mas não pôde, no conjunto de suas afirmações, livrar-se deste fantasma do determinismo tecnológico. Isto nos conduz a pensar que para o autor, esta questão não está plenamente resolvida. Em que pese faça considerações e considerações com relação à historicidade das técnicas, permite, no contexto de sua análise que uma excrescência como esta apareça. Ou seja, deriva daí que o pensamento de Milton Santos apresenta uma contradição interna de certa gravidade. Ele termina sua argumentação sem resolvê-la. (MAIA, 2012, p.34).

Referindo-se às proposições de Santos (1999) de que cada período técnico corresponde a uma mudança geral nas relações sociais, Maia (2012, p.34) assevera que esta assertiva é uma inversão da realidade, pois elas não são autônomas das relações sociais de produção.

As técnicas se tornaram centrais na analítica de Santos, podendo ser evidenciadas na adoção de conceitos, como fixos e fluxos, sistemas de ações e sistemas de objetos, bem como na obra *A natureza do espaço*, em que são denominados de tecnoesfera e psicoesfera, tendo a informação, a técnica e a ciência papéis fundamentais no processo produtivo e na explicação da realidade.

Concordamos em parte com tais elucidações teóricas de Milton Santos, mas levantamos alguns questionamentos sobre sua perspectiva de análise. Acreditamos que as técnicas, assim como a informação e a ciência são, no atual contexto, elementos importantes para a compreensão da realidade e para a produção do espaço. No entanto, atentamos para o fato de que, conforme Damiani¹⁷ (2010), não podemos falar de técnica, sem falar de alienação do trabalho. Acrescentamos que não se pode falar em produção do espaço sem fazer referência

¹⁷ Fala apresentada por Amélia Luisa Damiani em palestra proferida na II Semana do Geógrafo: “Geografia, movimentos, crises”, realizada no período de 25 a 28 de Maio de 2010, na Universidade Federal do Ceará e Universidade Estadual do Ceará.

à alienação do trabalho, visto que a negação de tal perspectiva pode abrir espaço para interpretações limitadas e parciais da realidade.

O entendimento sobre o trabalho e sobre a alienação é fundante para compreendermos a relação destes elementos com a geografia, sobretudo, a forma como podem contribuir para a explicação da produção do espaço geográfico. Como já assinalamos anteriormente, o espaço é um produto histórico e social, produzido através do trabalho social. No caso do capitalismo, o trabalho ganha um caráter abstrato, fato que traz a alienação/estranhamento do trabalhador em relação a sua obra. Evento semelhante ocorre com a produção do espaço geográfico, que tem sua construção embasada no trabalho social, mas sua apropriação se dá de forma privada, criando assim, uma realidade contraditória e segregada, ou seja, a chamada segregação sócioespacial.

Harvey (1982), ao debater o ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas, assevera que:

a dominação do trabalho pelo capital é básica para o modo capitalista de produção. Afinal, sem ela a mais-valia não poderia ser extraída e a acumulação desapareceria. Disso decorrem as mais variadas consequências e apenas nesses termos será possível compreender as relações entre o trabalho e o ambiente construído. (HARVEY, 1982, p.7).

Desta forma, atentamos para o entendimento do processo de alienação/estranhamento do trabalho como algo importante para a compreensão do espaço geográfico, visto que se o analisarmos somente pelo desenvolvimento das técnicas, teremos uma visão mecânica e parcial do mesmo, e poderemos cair em uma análise de uma geografia das estruturas e sem sujeitos concretos. O desenvolvimento das técnicas, sem dúvida, contribui para o desenvolvimento geral da sociedade, porém é preciso datar seu desenvolvimento historicamente, e no capitalismo, estas não permitem o desenvolver por completo das potencialidades humanas e nem são apropriadas por toda a sociedade, visto o processo de alienação-estranhamento produzido pela sociabilidade do capital.

Devemos ter cuidado para não fetichizarmos as técnicas e entender seu desenvolvimento como algo independente das relações sociais de produção e das forças produtivas: tal posicionamento, ao invés de desvendar, corre o risco de mascarar a realidade. Conferir autonomia às técnicas perante as relações sociais de produção nos leva a indagações que ainda são fruto profícuo de debates e discussões: Seriam as técnicas e a ciência, as forças

produtivas em si? Teriam estas dimensões desenvolvimento independentes ao das relações sociais de produção? Técnica e trabalho seriam uma mesma categoria? As técnicas por si só podem criar teleologias e causalidade? Na atual conjuntura, as técnicas substituíram o papel da força de trabalho na produção de mais-valor? Conforme o exposto anteriormente, discordamos de tais proposições. A técnica e a ciência estão ligadas ao desenvolvimento geral das relações sociais de produção, das forças produtivas, da apropriação da mais valia global e do movimento concreto e real da história (e não a abstrações). Tanto as técnicas como a ciência, fazem parte das forças produtivas e nelas estão inseridas, mas não são autônomas das relações sociais. Concordamos com Maia (2012) ao assinalar que:

As técnicas não tem leis próprias, não são uma ordem própria da realidade, não são um dado em si mesmas. As técnicas são sempre uma derivação do conjunto das relações sociais e principalmente das relações de produção. (MAIA, 2012, P.34).

Assim, as técnicas são fruto da racionalidade e das necessidades de determinada sociabilidade, ou seja, cada modo de produção determina o desenvolvimento de um conjunto específico de técnicas a serem utilizadas e não o contrário. É preciso mencionar que uma técnica específica desenvolvida na sociabilidade feudal é anulada ou assume outras funções na sociabilidade capitalista. Além do mais, no capitalismo, a utilização das técnicas, assim como das tecnologias, não ocorre de forma neutra, sim com intencionalidades específicas. Conforme Romero (2005, p.17), “A técnica e a ciência aplicadas na produção capitalista devem ser entendidas como uma relação de exploração que se estabelece entre os capitalistas e os trabalhadores, como um método específico e aprimorado de extração de mais-valia relativa”.

A técnica e a ciência, neste sentido, não são totalidades em si, não podendo ser apreendidas como autônomas e com racionalidade própria, ou mesmo como categorias ontológicas. Em Marx, a técnica e a ciência foram tratadas como categorias secundárias. E de acordo com Romero (2005), de forma parcial e subordinada. Mas isto não se deu por menosprezo ou desconsideração da importância delas, sim pelo caráter metodológico de Marx na compreensão do real em sua totalidade. Conforme Romero (2005),

Marx não concebe o estudo da técnica e da ciência como uma totalidade em si, mas apenas como uma dimensão do capital. Ou seja, ao estudar a maquinaria, Marx ainda tinha como referência o estudo do capital em geral, mas sob uma das formas em que este ganha concretude no processo de produção. (ROMERO, 2005, p.16).

No tocante à divisão histórica em períodos técnicos, questionamos se tal perspectiva não corre o risco de mascarar as mediações políticas e as particularidades de determinadas sociedades. Além disso, com a divisão do tempo pela técnica, os sujeitos históricos parecem desaparecer das mediações que produzem o espaço e, neste caso, a geografia parece continuar uma ciência que estuda a realidade sem sujeitos, sem seres concretos. Desse modo, Maia (2012) assevera que um dos pontos cegos na análise de Milton Santos é o da luta de classes.

Discordamos ainda de que as diferenças entre os lugares ocorrem devido a distribuição desigual das técnicas. Essa visão tem embasamento estruturalista¹⁸ e nega a história, visto que desconsidera todo o processo de acumulação primitiva e de capital. Além de negar o movimento desigual e combinado do capitalismo, desde sua fase comercial, perpassando pela fase imperialista e monopolista até os dias atuais de financeirização da economia: algo que Harvey (2005) denomina como Novo imperialismo. Conforme Maia (Ibid), esta visão de Santos (1999) deriva:

a) do fato dele descrever a história das técnicas sem inseri-las numa teoria geral da transformação das relações sociais, falha que apresenta como subjacente a não-visão da luta de classes; b) também, no que se refere à história do capitalismo, ele não consegue derivar uma história das técnicas e do meio técnico como sendo esta o resultado de um conjunto de processos sociais, que culminam nos sucessivos regimes de acumulação; e c) uma história das técnicas no capitalismo é uma história dos regimes de acumulação. (MAIA, p.34).

Estas reflexões levam Maia a afirmar que não existe uma teoria do desenvolvimento capitalista em Milton Santos, sim uma visão "etapista" e descritiva da sucessão histórica do capitalismo.

Neste sentido, assinalamos que a desigualdade entre os lugares não se dá devido a má distribuição ou a distribuição desigual das técnicas nos diferentes espaços, sim devido os ciclos de expansão e acumulação do capital assinalados por Mandel (1982, p.75), estando estes ligados ao processo de subordinação do trabalho ao capital e a apropriação da mais valia por parte das classes burguesas. Assim, as desigualdades, para além de espaciais, são de classes sociais.

¹⁸ Reflexões semelhantes foram desenvolvidas pela Economia Política da Cepal na década de 1950.

Outro aspecto do qual discordamos se refere ao fato de se entender a técnica como trabalho, mas especificamente como trabalho morto. Esta dimensão nos leva a um fetiche das formas espaciais e esconde a dimensão do trabalho vivo, dos sujeitos históricos, o que nos leva a indagar se vivemos uma História sem sujeitos. A nosso ver, isso ocorre porque Santos, ao conferir às técnicas caráter autônomo, estatuto de força de trabalho, de produtor de valor (SANTOS, 2004), acaba por mascarar os sujeitos concretos (colocando em seu lugar as estruturas).

A dimensão do trabalho vivo, dos sujeitos históricos, das classes sociais se tornam fundamentais para a produção do espaço e é através da perspectiva de análise do trabalho, que podemos entender as mediações e processos que se materializam no espaço.

Por isso, defendemos uma geografia do trabalho que leva em consideração as transformações no(s) mundo(s) do trabalho, a dimensão da crise e seus rebatimentos sobre a classe trabalhadora.

POR UMA GEOGRAFIA DO TRABALHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO

A intenção no momento é ressaltarmos a necessidade de resgatar o trabalho como elemento de explicação do espaço geográfico, visto que esta categoria por muito tempo foi posta em segundo plano na ciência geográfica e substituída pela técnica como conceito de explicação do espaço.

Ao trazer as reflexões de Jean Brunhes, mais especificamente, as da obra *Geografia Humana*, publicada em 1953, Moreira (2008) aponta para questões importantes, sobretudo, referentes ao papel do trabalho nas transformações do meio e do estudo da relação entre o geográfico e o histórico. Brunhes (1953) apud Moreira (2008) assevera que:

é o trabalho o elo desse alçamento dos elementos do meio ao nível das unidades de espaço como a região e o Estado, o fator psico-histórico por excelência. Dado ser a fonte dos fatos essenciais, “o homem entra em contato com o meio natural pelos fatos do trabalho”, o trabalho por isso mesmo é a “verdadeira conexão” entre o geográfico e o histórico. Materializando essa relação ativa do homem com o seu meio, por isso é que os fatos essenciais refletem a e na história. (...) (MOREIRA, 2008, p.87-88).

Podemos também dizer que Brunhes, através de seus princípios da atividade e da conexão, evidencia a contribuição que os referidos princípios trariam para entendermos o espaço como histórico e em movimento através da categoria processo, e de como o espaço, apesar de fragmentado, é também articulado. Estes princípios abrem, inclusive, a possibilidade de trabalharmos a relação sociedade-natureza através da perspectiva ontológica de Lukács (2012; 2013), ao propor a ontologia dos seres inorgânicos, orgânicos e dos seres sociais, em suas múltiplas relações e interconexões.

Outro autor que elencamos para debater o trabalho na geografia é Pierre George (1969) e sua obra *Os grandes mercados do mundo*. Percebemos nesta obra em específico, que a análise do autor está pautada nos mercados, a partir da divisão internacional do trabalho.

Conforme destacamos, a própria análise inicial de Santos, em seu livro *Por uma geografia nova*, evidencia o trabalho como perspectiva analítica, distanciando-se dela posteriormente. Além deste, podemos destacar trabalhos como os de Carlos (1997), Harvey (1982; 2005; 2006), Moreira (1982; 2002), Thomaz Júnior (2002a, 2002b, 2004, 2006, 2007, 2011), dentre muitos outros autores que se aproximaram desta perspectiva de análise.

Mas o que de fato seria a geografia do trabalho? Qual o papel do trabalho na produção do espaço? Como estabelecer a ligação (mediações) entre trabalho e produção do espaço?

Moreira (2002) esboça algumas teses para uma geografia do trabalho. Segundo ele:

O fio condutor, a linha vermelha da geografia do trabalho é o salto de qualidade do reino da necessidade para o reino da liberdade, o modo como os metabolismos em função dele atuam e se concretizam. O perfil, os temas, as mediações, as tarefas e as formas de envolvimento da geografia do trabalho referem-se a essa direção dos metabolismos, investigando o processo da hominização do homem pelo trabalho desde o plano interno da relação intranatural até as formas da regulação espacial que o informam territorialmente, determinando, impedindo ou concretizando a forma da efetiva realização da liberdade da necessidade na história. (MOREIRA, 2002, p.22).

Ainda, conforme o autor, a categoria econômica central da geografia do trabalho é o excedente, sendo possível falar de uma geografia do trabalho própria para cada modo de produção na história, que se diferenciam uns dos outros pela forma histórico-concreta do excedente (MOREIRA, 2002).

Na perspectiva de demonstrar o que vem a ser a geografia do trabalho, Thomaz Júnior (2002) afirma

(...). Entendemos que a Geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.5).

No que concerne às categorias geográficas chave para os estudos da geografia do trabalho, segundo Moreira (2002), teríamos a paisagem, mas também o território e o espaço nos proporcionariam elementos para estudos nesta perspectiva de análise. No caso específico deste artigo, destacamos a importância de entender o espaço geográfico tendo por base a categoria trabalho, sobretudo, pelas constantes transformações que o período atual nos mostra e que também o devir histórico nos mostrará.

Em um período de constantes transformações no campo teórico de predominância de análises pragmáticas, neopositivistas e mesmo pós-estruturalistas, debater a categoria trabalho é quase uma ofensa ou um anacronismo. No entanto, tal recusa não é neutra, visto que ao optarmos por analisar o real a partir da categoria trabalho, permitimo-nos compreender a realidade em sua totalidade (ou seja, através dos processos e mediações que compõem o real) e desmascarar processos de expropriação-exploração, ao se considerar a análise da realidade para além da circulação (aspecto fenomênico da mercadoria) e evidenciar os processos primeiros que configuram a sociabilidade do capital. Com efeito, ao propor uma análise do real a partir do trabalho, buscamos estudar a realidade em múltiplas determinações e mediações (linguagem, técnica, ciência), de forma integrada, o que nos proporciona uma apreensão para além das aparências.

A atualidade demonstra a predominância da financeirização da economia, da fusão e subordinação do capital industrial ao financeiro, entre outros aspectos. Isso, no entanto, não significa que o capital financeiro tenha total autonomia e nem mesmo que a esfera produtiva tenha perdido sua importância: afinal, produção e reprodução fazem parte de um processo dialético. Considerar o real somente pela esfera da circulação e numa perspectiva analítica do sincronismo histórico, negando a perspectiva diacrônica de análise do real (fato comum na geografia) pode gerar interpretações distorcidas e parciais da realidade. Ao debater a permanente crítica e autocrítica ontológica na doutrina marxista do ser social, Lukács (2012, p.310) assinala sobre uma questão importante para que não cairmos nestas visões parciais e

distorcidas da realidade pautadas somente em abstrações desligadas do ser e da história. O autor assim enfoca esta problemática

(...) que encontramos na doutrina marxista do ser social, empresta ao experimento ideal abstrativo no campo da pura economia um caráter peculiar, epistemologicamente novo: a abstração, por um lado, jamais é parcial, ou seja, jamais é isolada por abstração uma parte, um “elemento”, mas é todo o setor da economia que se apresenta numa projeção abstrata, projeção na qual, dada a provisória exclusão ideal de determinadas conexões categoriais mais amplas, pode se dar a explicitação plena e sem interferências das categorias que são assim postas no centro, as quais exibem sob forma pura as suas legalidades internas. Todavia, por outro lado, a abstração do experimento ideal permanece em constante contato com a totalidade do ser social, inclusive com as relações, tendências etc. que não entram na esfera da economia. Esse método dialético peculiar, paradoxal, raramente compreendido, baseia-se na já referida convicção de Marx de que, no ser social, o econômico e o extraeconômico convertem-se continuamente um no outro, estão numa irrevogável relação recíproca, da qual porém não deriva, como mostramos, nem um desenvolvimento histórico singular sem leis, nem uma dominação mecânica “por lei” do econômico abstrato e puro mas da qual deriva, ao contrário, aquela orgânica unidade do ser social, na qual cabe às leis rígidas da economia precisamente e apenas o papel de momento predominante. (LUKÁCS, 2012, p.310).

A citação em si, apesar de longa é de extrema importância, pois nos revela o grande equívoco das reflexões que analisam a economia somente por um recorte desta, como por exemplo a análise somente da esfera da circulação dissociada da produção, conduzindo assim a visões fragmentadas das cidades como é o caso das leituras das cidades médias estudadas somente pelo viés do comércio e dos serviços sem entender que estes são frutos de uma transferência de mais-valia para estes setores e lugares. Também a citação nos permite analisar o real em sua totalidade a partir da relação dialética dos elementos econômicos e extraeconômicos a partir da leitura do momento predominante da relação estrutura-superestrutura em sua conexão com os processos históricos. A negação desta visão da totalidade dessas relações e sobretudo a negação da história enquanto procedimento analítico pode trazer leituras distorcidas e manipuladas do real.

O que acontece, é que ao negarmos uma análise histórica dos processos de expropriação de terras, de apropriação da mais-valia historicamente, por análises que só enfocam a atual conjuntura de financeirização do capital e de autonomização do capital rentista, estamos caindo na negação de praticamente toda uma geografia histórica do capitalismo de longa duração, iniciada nos séculos XV e XVI, e mesmo na negação de toda a produção do espaço e de uma geografia dos espaços mundiais estabelecida a partir da relação capital-trabalho. É preciso entender que o capital financeiro é uma das formas como o capital

se apresenta e que para chegar ao seu estágio atual, ele se apropriou historicamente e continua se apropriando do mais-valor produzido pelo trabalho humano em escala global. Dando fundamento a nossa argumentação nos apoiamos em Lukács (1969) que assinala que as explicações de Marx no terceiro volume do *Capital*, dar-se-á conta de que a derivação do valor-trabalho, tanto no lucro como do lucro médio, é uma simples consequência da migração do capital. O grande enigma é resolvido no exato momento em que encontramos a justa perspectiva ontológica. (p.18-19).

Ao analisarmos a produção do espaço geográfico, a partir da categoria trabalho, evidenciamos uma paisagem histórica do capital, com as diferentes classes sociais, os sujeitos concretos e não a meras abstrações, como a população, os agentes, as empresas. A partir da categoria trabalho podemos chegar a abstrações-concretas que estão contidas no ser social, inclusive conforme Lukács (2012, p.310) com as relações, tendências etc. que não entram na esfera da economia, mas que estão dialeticamente interligadas.

Harvey (1982) traz grandes contribuições para nossa discussão ao focar o papel da apropriação do trabalho no modo de produção capitalista e como isso gera a apropriação desigual do espaço construído. Neste sentido, entender o espaço geográfico, é compreender que ele é fruto da sociabilidade na qual se insere e que, no caso do capitalismo, funda-se na ainda não superada relação capital-trabalho.

Outro fator interessante ao se analisar o trabalho e sua relação com a sociabilidade do capital se refere ao debate sobre as crises capitalistas na compreensão da produção do espaço. É neste contexto que Harvey (2005a; 2005b; 2006) vem desenvolvendo seus estudos sobre a geografia histórica do capitalismo.

Conforme Harvey (2006), estamos inseridos num contexto de crise capitalista de super-acumulação, que vem se estendendo desde a década de 1970. Neste contexto, podemos inferir que a categoria trabalho assume, mais do que nunca, um importante papel na compreensão do espaço, sobretudo, no que se refere à descentralização do processo produtivo em escalas espaciais mais amplas e na busca por novos espaços para a reprodução ampliada do capital, caracterizando as chamadas ordenações espaço-temporais defendidas por Harvey (2005a, 2005b), as quais vão ser fundamentais para a produção e reorganização do espaço dentro da geografia histórica do capitalismo.

Tanto Lênin¹⁹ (2008), como Luxemburg (1985), deram atenção à importância da dimensão espacial para a reprodução do capitalismo, principalmente, em seus momentos de crise. E é fazendo uma releitura destes autores e dando às suas interpretações um caráter geográfico e espacial, que Harvey (2005b; 2006) assinala que o capitalismo consegue sobreviver hoje não somente através da reestruturação do processo produtivo (de uma reestruturação na política e dos ataques aos direitos conquistados pelos trabalhadores), mas sobretudo devido à produção do espaço.

O espaço assume hoje (não negando sua historicidade e mesmo a História), papel importante para a fuga das crises de superacumulação de excedente de capital, visto que não conseguindo resolver suas contradições internas, necessita se expandir para espaços propícios a sua reprodução ampliada.

Sobre essa perspectiva, Luxemburg (1985) já afirmava que para a realização da mais valia num esquema de reprodução ampliada, o capitalismo necessitava expandir-se para regiões capitalistas subdesenvolvidas. Para esta autora, nesses locais, o capitalismo encontraria não somente um escoadouro para sua própria produção, mas também meios de produção, meios de consumo e mão-de-obra barata. Sendo assim, a busca por força de trabalho barata, a fraca organização sindical, além de outros benefícios na periferia do mundo, assumiram e assumem papel importante para a (re)produção do capital.

Isto explicar os grandes investimentos de capital em infraestruturas fora dos países centrais. Assim, a (re)produção de novos espaços, sobretudo, através de grandes eventos mundiais, como as olimpíadas, as copas do mundo, os investimentos em turismo, a destruição e criação de centros urbanos e as guerras, vão garantindo temporariamente uma fuga por parte do capitalismo de suas crises permanentes. Harvey (2006) ressalta, por outro lado, que o deslocamento espacial tem suas limitações:

(...) na medida em que a implantação progressiva do capitalismo na face da terra amplia o espaço no âmbito do qual pode surgir o problema da superacumulação, a expansão geográfica só pode, na melhor das hipóteses, ser uma solução de curto prazo. O resultado de longo prazo será, quase certamente, o aumento da competição internacional e inter-regional, com os países e regiões que têm menos vantagens sofrendo as mais severas consequências. (HARVEY, 2006, p.172).

¹⁹ É válido lembrar que existe certa diferenciação entre a teoria do imperialismo de Lênin e as discussões de Rosa Luxemburg acerca da acumulação de capital. O desenvolver deste debate seria interessante, mas devido às pretensões deste artigo o mesmo não poderá ser feito, ficando o desafio para trabalhos posteriores.

Mesmo assim, Harvey (2006) considera os deslocamentos espaço-temporais importantes ao ponto de afirmar que a crise do fordismo na realidade foi uma crise do deslocamento espaço-temporal. Esses deslocamentos, pautados na divisão internacional e territorial do trabalho, forneceram bases para grandes empresas capitalistas, que utilizam força de trabalho a preços baratos e em níveis de espoliação e semi-escravidão, processo evidente em vários países asiáticos e na América Latina.

Ao analisar a escala do Estado do Ceará em nossos estudos sobre o setor têxtil, Lima (2007), evidenciamos que os fatores ligados ao mundo do trabalho (força de trabalho a baixo custo, fraca organização sindical, terceirização da produção), além dos incentivos fiscais, foram fundamentais para a transferência de grandes empresas do sudeste brasileiro para este Estado. Também evidenciamos a precarização do trabalho por peça, realizado pelos trabalhadores em seus domicílios²⁰, na periferia da cidade de Fortaleza, em bairros como a Serrinha, situado na regional IV²¹, o que demonstra o caráter de espoliação nas relações de trabalho e a necessidade de ampliarmos os estudos sobre a geografia do trabalho.

Esta perspectiva analítica vem ganhando corpo no Brasil a partir dos estudos realizados por Thomaz Júnior (2002; 2004; 2006; 2007; 2011) sobre a geografia do trabalho. A vasta produção analítica sobre a temática realizada por este autor e seus colaboradores em projetos de pesquisas individuais e coletivos são fundamentais para a compreensão da relação capital-trabalho, da reestruturação produtiva, seus rebatimentos na organização espaço-territorial e dos rearranjos provocados na divisão territorial do trabalho no Brasil, além de elencar os sujeitos concretos na produção do espaço e de demonstrar os conflitos sociais no território brasileiro.

Os estudos realizados por Thomaz Júnior e seus colaboradores por si só, seriam fruto de uma vasta revisão bibliográfica sobre a temática do trabalho, fato impossível para os objetivos e limites deste artigo. Mas podemos traçar um quadro geral desta produção e de seus referenciais. Pautados num referencial teórico marxista, sobretudo na perspectiva ontológica do trabalho e do ser social lukacsiana e em autores que debatem a mundialização do capital como François Chesnais (1996) e a reestruturação produtiva e do capital como Harvey, Ricardo Antunes, Giovani Alves, os estudos da geografia do trabalho, debate temáticas que

19 Ainda não foi realizado uma pesquisa específica para saber o número exato de trabalhadores que se encontram nestas condições de trabalho. O certo é que são muitas famílias que trabalham sem seguro-desemprego, direito a férias e outros direitos trabalhistas.

21 Para fins de gestão, a cidade de Fortaleza é dividida em 6 (seis) regionais administrativas.

analisam a reestruturação produtiva do capital e o mundo do trabalho e seus efeitos e transformações territoriais na divisão do trabalho, na dinâmica do mercado de trabalho e sobretudo sobre os sujeitos-trabalhadores que sofrem com os efeitos (objetivos e subjetivos) das transformações no mundo do trabalho. Assim, existem trabalhos que investigam a informalidade e precarização do trabalho como é o caso do artigo de Gonçalves e Thomaz Júnior (2002), estudos que enfocam a questão da reforma agrária e a segurança alimentar (THOMAZ JÚNIOR, 2007), análise sobre o mundo do trabalho e as transformações territoriais (2011), os diversos temas tratados em escritos sob organização de Thomaz Júnior e Carvalho (2006) em *Geografia e trabalho no século XXI*, pesquisas que enfocam os trabalhadores boias frias da cana-de-açúcar, os movimentos sociais, a dinâmica territorial a partir do trabalho, a organização dos trabalhadores, a precarização do mundo trabalho, dentre outros.

Ao tratar das transformações no mundo do trabalho diante das reconfigurações geográficas, Thomaz Júnior (2004) assinala que

Propomo-nos compreender de forma articulada os rearranjos territoriais que respondem às diversas tramas sociais que, simultaneamente, expressam a dinâmica do modo de produção capitalista e a materialização da reestruturação produtiva do capital nos lugares e os impactos produzidos para o trabalho, numa conjuntura paralisante para a classe trabalhadora, mas que nos dá as pistas para procedermos investigações voltadas à compreensão da dinâmica territorial das novas formas de trabalho em um contexto de exploração ampliada, requisito da valorização do capital. (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p.11).

A análise de Thomaz Júnior aponta, sem sombra de dúvidas, contribuições incomensuráveis para a geografia, ao evidenciar os sujeitos concretos explorados e produtores do espaço, superando assim, o esquema N-H-E da geografia das civilizações, assinalado por Moreira (2006).

Thomaz Júnior (2007), por seu turno, enfatiza a importância dos sujeitos e do trabalho para a compreensão da realidade ao afirmar que:

Se buscamos entender quais são os sujeitos capazes de mudar o mundo, o trabalho como mediação ganha sentido na medida da amplitude das suas formas de realização e não referenciado no recorte territorial ideado (se no campo ou na cidade) ou presumido teoricamente (material ou imaterial), tampouco ser isso ou aquilo por efeito dos atributos a ele atribuídos, e não propriamente pela sua efetiva identidade político-ideológica. Ou ainda, se não há mais sujeitos capazes de mudar o mundo, o trabalho como mediação também perde o sentido. A imprescindibilidade do primado do sujeito na teoria social também deve referenciar o fato de que não há discussão do trabalho sem discussão do sujeito, o que nos põe diante do desafio de

resgatar todo um conjunto de valores que foram ficando para trás, como o trabalho enquanto categoria chave para a compreensão da história. (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p.5).

É neste contexto que realçamos a importância do estudo de uma geografia do trabalho, seja em sua esfera ontológica, seja em sua esfera abstrata no capitalismo. Acreditamos que esta categoria traz contribuições substanciais para o entendimento do debate sociedade-natureza e sociedade-espaço, assim como comporta entender melhor os processos e mediações que compõem a produção do espaço, permitindo identificar, inclusive, os sujeitos históricos camuflados pelas técnicas.

Desse modo, a categoria trabalho e as transformações no mundo do trabalho são essenciais para o entendimento do espaço em seu constante processo de (re)produção, nas mais diversas escalas de análise, sejam elas locais ou globais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao enfatizarmos o espaço como uma produção histórica e social, assumimos o posicionamento teórico-metodológico que entende que os homens, em suas relações sociais de existência, produzem sua história e o espaço construído, o que nos leva à negação de análises metafísicas que atribuam uma leitura ontológica do espaço e das técnicas como autônomas das relações sociais.

Seja em sua dimensão ontológica, seja em sua dimensão abstrata, a categoria trabalho é essencial para o entendimento da relação entre sociedade-natureza e para a produção do espaço construído. Ao entendermos que é através do trabalho (mediação primeira da sociabilidade humana), que se estabelece o intercâmbio com o espaço natural e dos homens com os homens, podemos evidenciar que o espaço geográfico é uma construção histórica e social de seres concretos que criam e atribuem diferentes noções de valores. Datando historicamente as diferentes relações sociais de produção, podemos perceber as distintas formas de atividades humanas, as técnicas e tecnologias utilizadas para a garantia da sociabilidade e da existência e entender as diversas formas como a natureza é enxergada e apropriada pela sociedade. Numa sociabilidade embasada na relação capital-trabalho, os meios de produção, a produção do espaço enquanto mercadoria, dá-se de forma contraditória, sendo o espaço construído socialmente, mas sua apropriação ocorrendo de forma privada.

Ao optarmos por uma geografia do trabalho, com embasamento na geografia histórica do capitalismo, consideramos ser possível elaborar uma metanarrativa da espacialização do modo de produção capitalista e da construção de uma geografia dos espaços mundiais, além de entendermos como o capitalismo constrói paisagens à sua imagem e semelhança.

No atual período, sobretudo, no contexto das crises capitalistas, a categoria trabalho e as transformações no mundo do trabalho se tornam essenciais para a compreensão do papel assumido pelo espaço para a produção do espaço como válvula de escape das crises de superacumulação capitalista.

Além do mais, ao optarmos por uma análise do espaço, destacando o trabalho como categoria mediadora, poderemos alçar-nos num salto metodológico na geografia, pois evidenciaríamos os sujeitos concretos, mascarados pelas análises que evidenciam as técnicas enquanto sujeito e o espaço enquanto ser ontológico.

Neste intuito, reafirmamos a importância de se recuperar a categoria trabalho na análise geográfica e, sobretudo, de construirmos uma geografia do trabalho pautada nas transformações do mundo do trabalho e numa práxis junto a classe trabalhadora, reafirmando a geografia com o compromisso, segundo expressão de Moreira (1982), de desvendar as máscaras sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço e Indústria**. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

DAMIANI, Amélia Luisa. In: Palestra proferida na II Semana do Geógrafo: “*Geografia, movimentos, crises*”, realizada de 25 a 28 de maio de 2010, na Universidade Federal do Ceará.

FORTES, Ronaldo Vielmi. **Trabalho e gênese do ser social na ontologia de Lukács**. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Filosofia/Fafich, UFMG, 2000. (197p.) (Dissertação de Mestrado).

GASSET, Ortega. **Meditacion de la técnica y otros ensayos sobre ciencia y filosofia**. Madrid: Revista de occidente em Alianza Editorial, 1998.

GEORGE, Pierre. **Os grandes mercados do mundo**. 3. ed. Tradução de Dirceu Lino de Mattos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

GONÇALVES, Marcelino de Andrade; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Informalidade e precarização do trabalho**. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Vol. VI, núm. 119 (31), 1 de agosto de 2002.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a. (Coleção Geografia e Adjacências).

_____. **Condição Pós-Moderna**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005b.

_____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: Revista Espaço & Debates. **Temas urbanos e regionais**. Tradução de Flávio Vilaça. São Paulo: Cortez Editora, p. 6-35, jun/set. 1982.

LEFEBVRE, Henry. **Práxis**. In: Sociologia de Marx. Rio de Janeiro: Editora Sorensen, 1978, p.17-41.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LESSA, Sérgio. **A ontologia de Lukács: uma introdução**. Maceió: editora Unijuí, 2006.

_____. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: 2 ed. Editora Expressão Popular, 2011.

LIMA, Átila de Menezes; PEREIRA JÚNIOR, Edilson. **Reestruturação do capital e reorganização do Espaço: um enfoque no setor industrial têxtil do Ceará**. In: Anais do IV Seminário do Dia do Geógrafo. Fortaleza, 2007.

LUKÁCS, GYORGY. **Conversando com Lukács**. Org: Leo Kofler; Wolfgang Abendroth; Hans Heinz Holz. Paz e terra, Rio de Janeiro, 1969.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões e princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Nova cultural, 1985.

MAIA, Lucas. O conceito de Meio Técnico-Científico-Informacional em Milton Santos e a não-visão da luta de classes. In: **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 13, n. 41, março. 2012.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril cultural, 1982. (Os economistas).

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

_____. **O capital**. Capítulo VI, inédito de O capital. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy. **Geografia: Teoria e Crítica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982, p.33-63.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro.** As matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008. 1v.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?:** por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Teses para uma Geografia do Trabalho. In: **Ciência Geográfica.** VIII. v. II (22). maio/agosto. Bauru, 2002.

RATZEL, Friedrich. O povo e o seu território. In: In: **Ratzel.** Organizador: Antono Carlos Robert Moraes. Coleção grandes cientistas. Editora atica, São Paulo, 1990.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica:** um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos metodológicos da geografia. São Paulo, HUCITEC, 1988a.

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Terra Livre. **O Espaço em questão**, n. 5, p.9-20, São Paulo: Editora Marco Zero, 1988b.

_____. **Pensando o espaço do homem.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Por uma Geografia Nova:** Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio Técnico-Científico Informacional. 2. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

SORRE, Maximilien. Fundamentos da Geografia humana. In: MEGALE, Januário Francisco. **Max Sorre:** Geografia. Tradução: Januário F. Megale; Maria Cecília França; Moacir Marques. São Paulo: Ática, 1984, p.87-98.

_____. A noção de gênero de vida e sua evolução. In: MEGALE, Januário Francisco. **Max Sorre:** Geografia. Tradução: Januário F. Megale; Maria Cecília França; Moacir Marques. São Paulo: Ática, 1984, p.99-123.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Espaciologia: uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Terra Livre. **O Espaço em questão.** São Paulo n. 5. p.21-45. Editora Marco zero, 1988.

THOMAZ JÚNIOR, A. **A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI.** Geosul, Florianópolis, v. 19, n. 37, p 7-26, jan./jun. 2004.

_____. **Por uma Geografia do Trabalho.** Pegada, v.3, Número Especial, agosto de 2002a. Presidente Prudente, CEGeT, 2002b. Disponível também: www.prudente.unesp.br/ceget.

_____. **O mundo do trabalho e as transformações territoriais:** os limites da 'leitura' geográfica. Revista pegada – Vol. 12, n 1, Junho de 2011, Presidente Prudente, CEGeT.

_____. **Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar:** elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. Barcelona; Scripta Nova, Vol. XI, núm. 245 (46), 1 de agosto de 2007. (Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana).

THOMAZ JÚNIOR, Antonio; CARVALHAL, Marcelo Dornelis; CARVALHAL, Terezinha Brumatti (org). **Geografia e trabalho no século XXI.** v. 2. São Paulo: Editora Viena, 2006.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Tableau de Géographie de la France.** Editions Deluxe. Version électronique eBook, 2002.